

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasil

Class.: 107

Data: 17/12/79

Pg.: 1

Cimi condena reportagem de TV como atentado à cultura do povo ianomami

Brasília — “Para quem conhece um povo indígena, seja qualquer um, a divulgação de uma reportagem desta no final do século é uma grosseria. Esquecer a grande delicadeza e riqueza do povo ianomami é a verdadeira violência” — diz nota distribuída pelo Conselho Indigenista Missionário a propósito de reportagem levada ao ar anteontem, pela televisão, onde se caracteriza a cultura deste povo indígena pela violência e o uso de alucinógenos.

A reportagem, para indigenistas, tem como único objetivo impedir a criação do Parque Ianomami, entre o território de Roraima e a Venezuela. A Funai afirma não ter nada a ver com a reportagem, enquanto o conselheiro da Embaixada da Venezuela, Efraim Silva, informa que oficialmente a representação diplomática não foi consultada por nenhum dos dois Governos sobre a criação do Parque Ianomami.

MINÉRIOS

Opinião unânime, ontem, em Brasília, sobre a reportagem transmitida em cadeia, é de que, por trás do interesse jornalístico, há o interesse econômico de empresas de mineração. Isto — para estes indigenistas — faz parte do lobby contrário à criação do parque, que conta com apoio de deputados membros da Comissão de Segurança Nacional.

A proposta para criação do Parque Ianomami, que ainda está sendo estudada pela Funai e deverá ser encaminhada para aprovação do Conselho de Segurança Nacional, foi entregue no dia 28 de junho ao Presidente Figueiredo, com um abaixo assinado que reivindica uma área de 6 milhões 446 mil 200 hectares.

COMPROMISSO

Atualmente, o território dos ianomami consiste em 21 áreas de habitação numa espécie de arquipélago. O ex-presidente da Funai Adhemar Ribeiro da Silva, mediante portaria, eliminou estas ilhas, e seu sucessor, Coronel João Carlos Nobre da

Veiga, já se comprometeu a criar o parque numa faixa contínua para evitar a desagregação do povo ianomami. Ao todo, entre os dois países, são 16 mil 400 índios, sendo 8 mil 400 no Brasil.

A extensão da área reivindicada pela campanha para a criação do Parque Ianomami, que suscitou o antigo argumento de que “é muita terra para pouco índio”, justifica-se pelas características culturais — áreas de perambulação, migrações periódicas, etc. — dos ianomami.

Segundo o estudo que acompanhou o projeto entregue ao Presidente Figueiredo, “as áreas compreendidas entre as diversas aldeias ou entre os conjuntos de aldeias, bem como de perambulação, estão cobertas por uma densa rede de trilhas, pontilhada por inúmeros acampamentos de caça e de viagem (tapiris) e antigas roças. Cada parcela da floresta é aproveitada, tem nome, é percorrida com íntima familiaridade e impregna a memória do grupo, através de relatos históricos e mitológicos, desde os tempos mais remotos”.

Missionário denuncia manobra contra índio

“Uma manobra capciosa do Governo para enganar a opinião pública” é a impressão que o Padre Egidio Schwade tem sobre o convênio assinado esta semana entre o Governo do Rio Grande do Sul e a Fundação Nacional do Índio. O missionário cita freqüentes acusações contra o Governador Amaral de Souza por permitir a invasão de terras indígenas no Alto Uruguai, onde se situa a reserva de Nonoai.

O representante do Conselho Indigenista Missionário, disse ontem, em Brasília, que o atual Governador gaúcho desmentiu desmentiu estas denúncias, bem como o ex-Governador

Leonel Brizola, que, com sua reforma agrária, desapropriou um terço da reserva kaikangue de Inhacorá.

O convênio, destinado a prestar assistência técnica, de saúde e educação às comunidades indígenas — serão feitos convênios com todos os Estados — para o missionário “parece resuscitar o tristemente célebre Serviço Estadual de Proteção aos Índios, através do qual, exatamente no Rio Grande do Sul, o ex-Governador Leonel Brizola e seu sucessor Ildo Menegheti, em 60, grillaram terras e transferiram de maneira brutal os índios das localidades de Serrinha e Ventarra”.